



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 050 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE MAIO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Luiz Nishimori
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 050

45ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Pequeno Expediente:

Dep. Waldyr Pugliesi 06

Dep. Cleiton Kielse 09

Dep. Tadeu Veneri 10

Grande Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 11

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 14

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi 06

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 15

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 16

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 19

Discussão/Votação

Redação Final 19

3ª Discussão 20

1ª Discussão 21

Requerimentos 21

Encerramento da Sessão 22

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 22

Ordem Interna 22

Publicações Administrativas 22

DIÁRIO Nº 050

45ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 45ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2007

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Luciana Rafagnin e Cida Borghetti.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Jocelito Canto, Marcelo Rangel, Mamede, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (33).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Durval Amaral, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Ribas Carli Filho e Valdir Rossoni (15).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Alexandre Curi, Caíto Quintana, Dr. Batista, Geraldo Cartário, Luiz Nishimori e Nereu Moura (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1329

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa da ausência, pois, ausentar-se-á deste Plenário na Sessão do dia 21 do mês corrente, para participar da inauguração de duas novas unidades geradoras de energia da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu. A solenidade contará com a presença dos Exmos. Presidentes do Brasil e do Paraguai.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1336

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem justificar ao Plenário desta Casa, a ausência, por estar em diligência no município de Maringá com o Vice-Governador Orlando Pessuti.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 1328

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações ao município de Santa Helena, pela comemoração de seu 40º aniversário.

Este importante município de nosso estado teve origem por um projeto colonizador empreendido pela

Companhia Madalosso. Localizada às margens do lago de Itaipu, é conhecida também por ter sido palco de inúmeras passagens históricas, como certas ações da Coluna Prestes.

O município foi criado pela Lei Estadual nº 5497, de 03 de fevereiro de 1967, sendo instalado em 29 de dezembro de 1968, sendo seu aniversário comemorado dia 26 de maio.

Santa Helena mostra-se como sendo de vital relevância para o Paraná, situação que leva este Parlamentar a solicitar a presente providência.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência no seguinte endereço: R. Paraguai, 1401, Caixa Postal 03 - CEP 85892-000 - Santa Helena/PR.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1341

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Restaurante BR 3.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante BR 3, pela qualidade gastronômica e o atendimento de excelência que presta a seus clientes nos municípios de Cascavel, Maringá, Campo Mourão e Londrina.

REQUERIMENTO Nº 1340

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Sr. Miécio Tezelli.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Miécio Tezelli, pela sua atuação administrativa dinâmica, moderna e competente na Rádio Rural 98,5 FM, de Campo Mourão.

REQUERIMENTO Nº 1330

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando cobertura para a quadra de esportes do Colégio Estadual Roberto Langer Júnior, no bairro Alto Boqueirão, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Os alunos do referido colégio ficam impossibilitados de realizar as aulas de educação física, bem como torneios e campeonatos estudantis em dias de chuva.

REQUERIMENTO Nº 1331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador e à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando implantação de módulo policial no bairro Alto Boqueirão, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Moradores da região acima citada e imediações, solicitam adoção de medidas no sentido de proceder a ampliação do sistema de segurança pública na região, uma vez que têm sido alvo de constantes ocorrências, gerando muita intranquilidade e insegurança.

Furtos, assaltos e arrombamentos, tanto a veículos, quanto em residências, sem contar as abordagens pessoais, proliferação de drogas, entre outras situações, colocando em risco a segurança local.

REQUERIMENTO Nº 1332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador e à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando implantação de módulo policial no bairro Capão da Imbuia, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Moradores da região acima citada e imediações, solicitam adoção de medidas no sentido de proceder a ampliação do sistema de segurança pública na região, uma vez que têm sido alvo de constantes ocorrências, gerando muita intranquilidade e insegurança.

Furtos, assaltos e arrombamentos, tanto a veículos, quanto em residências, sem contar as abordagens pessoais, proliferação de drogas, entre outras situações, colocando em risco a segurança local.

REQUERIMENTO Nº 1333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado de Obras Públicas, solicitando implantação de pista de skate no bairro Capão da Imbuia, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Esta é uma antiga reivindicação dos moradores da região.

REQUERIMENTO Nº 1334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador e à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando medidas para ampliação da segurança pública no bairro Boqueirão, no município de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Moradores da região acima citada e imediações, solicitam adoção de medidas no sentido de proceder a ampliação do sistema de segurança pública na região, principalmente nas vias de comércio do bairro, uma vez que têm sido alvo de constantes ocorrências, gerando muita intranquilidade e insegurança.

REQUERIMENTO Nº 1337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente aos Srs. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Paraná e Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a disponibilização urgente de 2 Auxiliares de Carceragem para prestarem serviços junto à Delegacia de Polícia Civil da cidade de Irati.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Atualmente a Delegacia de Irati conta com os seguintes funcionários: 1 Delegado, 3 Escrivães, 3 Investigadores, 2 funcionários no setor administrativo cedido pelo estado, 3 funcionários cedidos pela prefeitura, que atendem a população de Irati atualmente com aproximadamente 58 mil habitantes, além de atendimento e apoio a todos os municípios da microrregião de Irati. Ocorre que hoje, o investigador ou policial que teria que estar nas ruas fazendo o serviço de segurança à população e investigação de delitos, está prestando serviços dentro das unidades, deixando à mercê a população que tanto necessita de segurança. Some-se ainda ao fato, que via de regra as prefeituras têm mantido funcionários à disposição da delegacia para auxiliarem no serviço burocrático.

REQUERIMENTO Nº 1339

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná para que determine que seja retirado do ar o site oficial do Governo do Estado, que disponibiliza na internet os valores e gastos dos recursos públicos do estado, por estarem prestando informações incorretas

e por este motivo estar induzindo a erro os paranaenses e aos internautas.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1343

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, sugerindo que seja retirado do ar o site oficial do Governo do Estado, que disponibiliza na internet os valores e gastos dos recursos públicos do estado, por estarem prestando informações incorretas e por este motivo estar induzindo a erro os paranaenses e aos internautas.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1345

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da R. Chico Mendes - bairro Gralha Azul - município de Fazenda Rio Grande, que pedem policiamento nesse bairro, mais especificamente na referida rua, devido aos problemas constantes de vandalismo que estão ocorrendo no local. Em determinados momentos desocupados promovem muita bagunça e assaltos, perturbando os moradores. Quando isso ocorre, os moradores afirmam que telefonam para o 190 da Polícia, porém não conseguem, atendimento e por esse motivo estão solicitando um número de telefone direto para que possam registrar as ocorrências e serem atendidos em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1335

Senhor Presidente:

REQUER, informações à Secretaria de Estado da Saúde, para que responda aos seguintes questionamentos:

1) seja especificada, a quantidade e identificação dos medicamentos adquiridos com verbas federais e estaduais, nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006;

02) sejam enviadas as cópias de todos os procedimentos licitatórios para a compra de medicamentos, compreendendo os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006;

03) sejam enviadas as cópias de todos os procedimentos de dispensa de licitação, para a compra de medicamentos, compreendendo os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006;

04) sejam enviadas as cópias de todas as ordens judiciais para a compra de medicamentos, compreendendo os anos de 2003, 2004, 2005 e 2006.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações se fazem necessárias, para que sejam esclarecidos alguns pontos relativos à aquisição de medicamentos, principalmente tendo em vista a constante notícia de falta de medicamentos e denúncias recebidas pela Comissão de Saúde sobre aquisição de medicamentos.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 361/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Poder Executivo encaminhará, para autorização prévia da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, os contratos de publicidade, a serem realizados com empresas de outros estados.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Sabedores que uma das metas do atual Governo do Estado é proteger as empresas paranaenses, mas que muitas vezes essa meta não é alcançada pela interferência de seus subordinados que preferem realizar contratos com empresas de outros estados da união, nada melhor que os mesmos passem pela Assembléia Legislativa do Estado, para que ela possa examiná-los, e assim, proporcionar uma maior segurança ao Chefe do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 362/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Moradores e Produtores Rurais da Comunidade do Faxinal dos Dias, com sede e foro no município da Lapa.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Moradores e Produtores Rurais da Comunidade do Faxinal dos Dias, com sede e foro no município da Lapa, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade principal promover a assistência social, objetivando o desenvolvimento e melhoria de vida da comunidade rural daquela região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 363/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade da implantação do plano de metas e avaliação da gestão pública para todos os órgãos da administração pública do estado.

Parágrafo Único. O programa será implementado pela Secretaria de Estado da Administração e deverá conter as metas propostas e objetivos atingidos, podendo ser criados prêmios para resultados obtidos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da publicação.

Sala das Sessões, em 17.05.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A modernidade administrativa exige que a administração pública promova a adequação de seus métodos e consiga ser produtiva, nos moldes das exigências dos resultados.

Uma gestão eficaz deve dispor de mecanismos de avaliação de sua produtividade e instrumentos de gestão que permitam o desenvolvimento funcional e administrativo dos servidores, fazendo-os gestores da *res-publica* e não meros funcionários de carreira, valorizando sobremaneira esta classe tão fundamental.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência anuncia, com muita satisfação, a presença do curso de direito de Londrina, do Centro Universitário Filadélfia, que vem visitar nossa Casa hoje. Sejam bem-vindos, é um privilégio recebê-los aqui, principalmente as professoras Renata Oliveira Silva e Débora Lobo Muniz. Sejam bem-vindas à Casa.

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, hoje, quinta-feira, mais uma vez muitos Deputados estão matando serviço. Fiquei até com pena dos estudantes de direito, porque quinta-feira, infelizmente, não é o dia mais adequado para visitar esta Casa. É obrigação dos Deputados estarem aqui, mas estou vendo pouco Deputados presentes e eu solicito chamada nominal.

Mas, dando também as boas-vindas aos alunos do Centro Universitário Filadélfia e às professoras Renata Oliveira Silva e Débora Lobo Muniz. Desejar uma carreira brilhante aos advogados, um bom advogado tem ainda um grande mercado de trabalho e o curso Filadélfia tem uma enorme estrutura. Que Deus abençoe e que tenhamos profissionais brilhantes, entre eles os alunos que hoje nos visitam. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Às quintas-feiras, infelizmente, tem muitos Deputados que matam o serviço e isso acaba pegando mal para a Assembléia. Por isso, solicito a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi e em seguida faremos a chamada nominal.

Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Venho a esta tribuna nesta quinta-feira, que geralmente não tem presença popular nas galerias e de muitos Deputados no plenário, mas, Sr. Presidente, gostaria de inicialmente falar alguma coisa para os jovens estudantes que estão aqui.

Perguntei para eles: o que é que vocês estão fazendo aqui? “Nós viemos conhecer a Assembléia Legislativa, ver como ela trabalha.” Os caros jovens que estão aqui, na realidade, não terão uma idéia dos trabalhos da Assembléia.

Gostaria de voltar um pouco para dizer que fui Deputado num tempo em que tínhamos Sessões inclusive aos sábados. Mas depois, pelas mudanças que aconteceram, as Sessões dos sábados, que eram à tarde, mudaram para o sábado de manhã. E de sábado pela manhã sofreu a modificação para sexta-feira à tarde, e depois, sexta-feira pela manhã depois quinta-feira à tarde e quinta-feira pela manhã.

Os visitantes poderão dizer: “mas o que os Parlamentares querem, é cada vez trabalhar menos”. Não é bem assim. Por economia, por racionalidade, se buscou fazer a concentração dos trabalhos de plenário.

Particularmente, tenho uma posição: sou pelas Sessões, inclusive, nas quintas-feiras, normalmente, mas a maioria, as direções da Assembléia trabalharam nesse sentido. Temos 54 Deputados, vejo muitas meninas que estão aí e gostaria de dizer que temos poucas mulheres representando vocês aqui na Assembléia Legislativa. Se temos o mesmo número praticamente de homens de mulheres, se os eleitores estão pendendo um pouco mais para as mulheres, por que não termos mais mulheres para defender, muitas vezes, especificamente os interesses das mulheres aqui na Assembléia? É uma questão que coloco para reflexão. As mulheres e muitos homens também falam assim: “não gosto de político, tenho nojo de político”. E aí muito malandro se insinua na política.

Sou alguém que veio lá da luta estudantil, travei na minha modéstia, mas sempre com firmeza, a luta contra o racismo, o preconceito, o preconceito contra os negros, contra os pobres, contra as mulheres, o preconceito que nós brasileiros temos até hoje de sermos praticamente um povo colonizado pelos interesses selvagens, capitalismo internacional. Venho da luta estudantil e quero dizer aos jovens que estão aqui que nunca caí desfalecido no meio do caminho, nunca fiquei envergonhado de ser político.

Fui duas vezes Vereador em Arapongas, onde por 3 vezes fui Prefeito. Esse é o 9º mandato que estou desempenhando, sempre me submetendo ao voto popular. Fui Diretor do porto de Paranaguá e Secretário dos Transportes.

Vocês se lembram como estavam as estradas neste estado? E nós podemos dizer, hoje, que as estradas paranaenses, no conjunto, são as melhores que temos em todo o país.

Mas o que eu gostaria de dizer aos jovens que visitam a Assembléia Legislativa, que vocês não façam como muitos estão fazendo neste país, mesmo na juventude. Existe tempo para tudo. Tem gente que abdica da sua presença dentro da sociedade, tem gente que se exclui e eu poderia dizer até, Srs. Deputados, que se auto-excluem e não participam de nada. E aí temos os desvios que muitas vezes acontecem na política.

Sr. Presidente, V. Exa. que está na política há tantos e tantos anos, tem uma vida limpa, como tantos e tantos outros políticos. Mas tem gente que se coloca dentro da política - e é necessário se fazer um registro das coisas que acontecem neste país - que na realidade vêm para dentro da política para tentar alcançar os seus objetivos, ganhar dinheiro, ficarem ricos, mais do que ricos, vêm para dentro da política para mudar, muitas vezes, a história de cidades e de estados no setor que poderíamos dizer, é o mais importante, que é o respeito à cidadania.

Portanto, jovens que estão aqui, os trabalhos não se realizam praticamente aqui, onde decidimos votando a favor ou contra, mas nas comissões, que são dezenas, 16, me parece, onde as questões do Paraná são discutidas.

Agora, o pessoal que está aqui, é praticamente todo ele do norte do Paraná, de Londrina especificamente. Tem uma menina, se não me engano, é de Arapongas e sabe que industrializamos a cidade. Tenho essa fama de ser o radical, o comunista e sou um homem de Esquerda, sim, querendo dizer que o homem de Esquerda e a mulher de Esquerda, a política de Esquerda não é ultrapassada coisíssima nenhuma, como os ideólogos do neoliberalismo querem fazer crer aqui, praticamente no Paraná e em todo o Brasil, onde eles estão. Nós industrializamos a cidade, numa parceria com os empresários. Temos lá, hoje, praticamente 1 dos maiores pólos moveleiros e de alimentação, não só do Brasil, mas da América Latina. Esse foi o trabalho que fizemos em conjunto.

Mas, gostaria que vocês olhassem para este país que tem 8 milhões e 500 mil km², que tem oportunidades para todos realizarem seus sonhos de melhorar as condições de vida, não só de si mesmos, mas de toda a nossa comunidade. Têm muitos que vão embora e deixam de dar a sua contribuição para a construção desta nação. Vemos todos os dias na imprensa escabrosos casos sendo relatados, mas é assim, é a condição do ser humano.

Sr. Presidente, falo pela liderança do meu partido.

Passa a usar o Horário da Liderança do PMDB

Estou dizendo que não era nem minha intenção, neste dia, subir à tribuna para falar alguma coisa, mas acho que é sempre bom. Mais uma vez, vou me lembrar do poeta Tiago de Mello, quando ele diz que podemos transformar, por exemplo, mudando um pouco, uma quinta-feira cinzenta numa radiante manhã de sol de domingo. Então, precisamos fazer com que as questões deste país sejam, realmente, discutidas em profundidade.

Lembro-me que, como Secretário dos Transportes, nas reuniões que fazíamos em Brasília, eu não compreendia por que o Lula, candidato a Presidente da República, em todas as vezes teve meu apoio, a minha luta, inclusive quando eu era Presidente Estadual do PMDB, quando houve uma vacilação interna no partido e eu fui para às ruas, para a luta, para defender a candidatura do Lula, mas lá tem a contradição.

Lembro-me que as estradas deste país estavam destruídas e o Palocci, Ministro da Fazenda, só se comprazia em fazer o quê? O pagamento da dívida externa, da dívida interna, e juros e mais juros e, na realidade, estávamos, naquela época, como estamos hoje, com a razão, porque quando os juros estavam a 27,5%, dizíamos que aquilo era um absurdo, que o país não se desenvolvia por causa daquela carga enorme que estava submetendo a todo mundo neste país e eles falaram que nós éramos de Esquerda, comunistas, que não queríamos o bem do país, enfim, essa coisa toda.

Pois bem, os juros estão caindo cada vez mais e o país está com a inflação controlada. Estamos fazendo - governo federal e governo estadual - um programa de aceleração do crescimento, que só não vai dar certo se não quiserem e nós tínhamos razão.

Ainda hoje, jovens, estamos pagando R\$ 500 milhões de reais de juros por dia, sábados, domingos e feriados, inclusive. Não é possível que um povo de 180 milhões de habitantes não tenha o serviço de água e esgoto à sua disposição, que não tenha condições de saúde pelo menos aceitável. Por quê? Porque não somos um país independente. Precisamos fazer com que se esgarcem aqueles laços de submissão que temos com aqueles que praticamente mandam no mundo.

Fico envergonhado de ser brasileiro quando vejo pessoas apoiando a ação criminosa dos Estados Unidos no Afeganistão, no Iraque, praticamente roubando o petróleo que aqueles países produzem. Não dá para aceitar. Temos um país enorme, um povo criativo que, tendo condições, poderá alcançar os seus objetivos.

Não é possível que permaneçamos há tantos e tantos anos como estamos - eu diria desde 1.500 até os dias de hoje, na submissão de interesses que não são os interesses do povo brasileiro. Nós nos submetemos, muitas vezes, às ações criminosas de grandes nações, que roubam - eu poderia dizer - não só as riquezas desses países, mas os seus sonhos e as suas esperanças.

Concedo um aparte ao Líder do PT, Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Agradeço o aparte e quero me solidarizar ao seu pronunciamento.

Pessoalmente, tenho uma estima por V. Exa., por sua visão de estado. Confesso que há semelhanças em, praticamente, 100% da minha visão de estado. Quando V. Exa. faz o seu pronunciamento usando a visão política do governo Lula, quando se referiu ao ex-Ministro da Fazenda Palocci - à época nós também fazíamos uma crítica interna, não ficávamos externando, até porque somos governo - hoje percebemos que o Ministro tinha razão, que a queda dos juros vem sendo gradativa em uma seqüência. Vejam só a responsabilidade de visão da época, quando todos criticavam, agora, o juro está caindo. Hoje, o Brasil não depende mais dos empréstimos internacionais, renuncia de cabeça erguida. Não se fala mais, Deputado Pugliesi, V. Exa. tem clareza disso.

Nesta semana tivemos aqui a presença do Deputado Rosinha - na questão do MERCOSUL estamos avançando significativamente. Só vamos avançar nas negociações internacionais quando agirmos em bloco, quando ajudarmos a vender e oferecer os produtos do MERCOSUL, em conjunto, para tirarmos as barreiras alfandegárias no exterior. Há um desafio que está sendo desenhado, com muita clareza, na linha do raciocínio da V. Exa., do governo Lula. Há um empenho e uma determinação para que o nosso país cada vez eleve mais auto-estima do povo brasileiro, porque riqueza, aqui tem, Pugliesi. O que precisa é desenvolvê-la e distribuir mais a renda, e isso nós estamos conseguindo: os indicadores estão dizendo.

Quero me solidarizar, porque a importância de um pronunciamento de V. Exa., a visão política dos políticos tem que ser claras, sinalizar de que lado o político está, qual a sua visão e o seu posicionamento, se ele for do Executivo ou do Legislativo, que medidas ele fará para diminuir a miséria e a fome, que medidas ele adotará em relação à política econômica, para que haja mais distribuição de renda.

Tem tanto assunto para falar em relação às medidas positivas, que de fato vêm ao encontro do seu pronunciamento, que dão a clareza que o país está no rumo. Aquilo que você já falava no tempo de juventude e quem sabe, agora, tenhamos um sonho, vislumbrando a possibilidade de melhorarmos este país - uma visão de Esquerda, sim, mas que possa distribuir melhor a riqueza, dentro de uma visão democrática.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Agradeço, Deputado Welter, a sua participação neste pronunciamento que faço. Logicamente que temos muitas identificações.

Sou alguém que acredita muito no amanhã. Poderia dizer que tenho saudades do futuro, querendo dizer com isso, Deputados, que o amanhã poderá ser muito melhor do que os dias que estamos vivendo. Cada um - aprendi desde cedo - tem as suas convicções. Se me coloco como democrata, a minha primeira obrigação é respeitar as opiniões, mesmo que sejam, diametralmente, opostas às minhas, mas o Parlamento é o espaço que os homens, seres humanos - vem aí, Deputada Rosane, um machismo implícito - quando falo os homens, querendo dizer que é o conjunto, são os seres humanos.

A política é algo que os seres humanos inventaram para ser colocada como alguma coisa que faça com que os problemas da sociedade sejam resolvidos. E muitas vezes, pelo descaminho que é alcançado, muitas vezes até através de governantes, essas coisas ficam realmente mais difíceis.

Mas, fica aqui um simples e modesto pronunciamento em uma manhã de quinta-feira, no sentido de dizer isso que estou dizendo: acredito na transformação da sociedade. Foi para isso que dediquei a minha vida, fazendo com que haja a inclusão, mas estou olhando aqui para o Deputado Jocelito Canto, da nossa altiva Ponta Grossa, e ontem estava vendo em um dos jornais que 48 bebês morreram na Bahia, em Feira de Santana. Quarenta e oito! Só estava imaginando se tivesse acontecido isso em Ponta Grossa!

Quero dizer com isso, Deputado, que a luta de todo mundo tem que ser pertinaz, constante, permanente, tem que ser travada como cada um acha que deve ser tratada. Agora, todos os pronunciamentos que são feitos, inclusive aqueles que para nós do Governo podem parecer que são injustos, eles devem ser ouvidos, estudados e temos, muitas vezes, muito o que aprender com tudo aquilo que os mais variados representantes falam, por que não falam simplesmente por falar, mas porque representam, em determinado momento, até a indignação que existe dentro das suas comunidades. Logicamente que se todos os problemas pudessem ser resolvidos, todos os governantes certamente colocariam todo o seu empenho, toda a sua inteligência para a resolução dos mesmos.

Mas, é aquilo que falei: é a nossa condição humana. Temos que batalhar, trabalhar dia e noite sem parar, sempre olhando lá na frente para que as coisas possam, na realidade, melhorar. Agradeço, inclusive, a tolerância da presidência em estender o tempo do meu pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença aqui nas galerias do Vereador de Santa Helena, Nelson José de Moura, e também do Vereador Petri. Faço esse registro em meu nome e também no nome do Deputado Duílio Genari. Bem como, registrar também a presença do Presidente da Associação da Linha Gaúcha, o Lauri Luis, também em nome do Deputado Antonio Belinati, que faz questão de registrar as presenças. Sejam bem-vindos e obrigado pelas suas presenças!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sejam bem-vindos à Casa! Fica devidamente registrado.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Queria cobrar desta presidência as informações que ainda não recebi da COHAPAR. É um pedido de informações aprovado há mais de 50 dias e que não recebi as informações referentes à COHAPAR do estado do Paraná e, como determina a lei, não conceder as informações no prazo passa a ser crime. Solicito a esta presidência que tome as devidas providências para que a COHAPAR remeta a esta Casa o que foi aprovado, respeitando este Plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Até, aliás, seria importante que a assessoria do seu gabinete entrasse em contato com o nosso pessoal da Mesa para vermos quais foram os pedidos de informações que ainda não voltaram, para que aceleremos isso.

Com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Nesta semana tivemos boas e más notícias, tanto do governo federal como aqui da Assembléia. A boa é que o nosso funcionalismo público já recebeu parte do aumento que tínhamos já votado esta semana, principalmente a classe dos nossos professores. Os professores que tanto reivindicam e que sabem muito bem que o Governo do Estado tem respeitado a pauta que fizemos já há 3 anos, talvez não na proporção que desejem, mas na proporção que o orçamento pode oferecer. Mas, tivemos uma surpresa que ainda em um relatório irei apresentar na semana que vem, perante 2 assuntos.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Kielse, permita-me fazer mais um apelo ao coração do nosso querido Presidente, que é um lorde,

o Deputado Nelson Justus, porque os funcionários da Assembléia continuam ansiosos na expectativa do reajuste. Eu não sei se o Presidente já estabeleceu a data que vai entrar em vigor. Se já estabeleceu, perdoe-me, Presidente, porque quando andamos pelos corredores vemos que o pessoal está na expectativa grande de que venha já nesse salário de maio o reajuste. Se o Presidente pudesse dar uma grande notícia nesta quinta-feira.

(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A palavra está assegurada ao Deputado Kielse. No Pequeno Expediente não há apartes, mas os salários dos Deputados da Casa serão reajustados.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Dos Deputados, não, dos funcionários!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Dos funcionários da Casa!

(Risos)

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Não só aplaudo o nosso Presidente pelas decisões que tem tomado, mas pela justiça que tem feito nesta Casa.

Queria entrar no segundo assunto, como na semana passada citamos a guerra comercial e industrial entre os países, nós frisamos a questão da China contra os países da América do Sul, principalmente o Brasil. E um paralelo que tivemos esta semana, só de um importador que está trazendo eletroeletrônicos, baseados não só em chips mas em vários outros eletroeletrônicos de comunicação, ele disse que só esta semana o porto de Santos e o porto de Paranaguá tiveram um acréscimo de 15% em seus pedidos de importação de produtos da China. E por quê isso? Porque o dólar nunca esteve tão baixo comparativamente à moeda brasileira, independente se é o real, o cruzeiro, o novo cruzeiro, o novo real, e que isso forçosamente vamos ter e já estamos tendo um conflito industrial como nunca foi visto em nosso país. Um conflito industrial aonde os empresários que tinham a margem de lucro de 10%, 12%, 15%, passaram a ter a responsabilidade social de não demitirem os seus funcionários. E por que esse paralelo? Só esta semana nós perdemos, na comparação de valores, uma média de 5% com os produtos já existentes no mercado, já instalados e entregues aqui na plataforma, que dizemos, do Brasil, comercial. E que hoje vamos ter ainda mais uma notícia de que o dólar vai continuar caindo, podendo chegar, numa previsão de um economista, João Herbert, que pode chegar a casa de R\$ 1,70.

Queríamos não só raciocinar o que já aconteceu, o que está acontecendo, mas o que pode acontecer se o Brasil não tomar algumas medidas enérgicas, imediatas, com provisionamento ou de redução de impostos, seja da

carga tributária trabalhista, seja da carga tributária de ICM, IPI e tantos “is” que nós conhecemos, somando 52 tipos de impostos e tributos que temos no nosso país, ou senão daqui a um ano nós vamos ter muitas lágrimas de sangue de empresas tradicionais que estarão, sem sombra de dúvida, fechando definitivamente suas portas, sem condições de arcar com as questões trabalhistas, sem nenhuma estrutura de recondicionamento financeiro, mesmo que venha a ter este posicionamento favorável do governo federal e dos governos estaduais.

Tenho certeza que este relatório que vamos apresentar na semana que vem, tanto do apagão aéreo, que em Brasília estamos tendo várias comunicações de Deputados de Brasília pedindo informações e recebemos as últimas informações do CINDACTA e da ANAC, no dia de ontem às 16h, informações temerosas que nós, se não tomarmos, realmente, cuidado vamos ter um conflito entre as empresas aéreas do país num curto espaço de tempo. Dando apenas um comparativo, *an passant*, do que vamos apresentar semana que vem, há 25 anos atrás, Deputado Waldyr Pugliesi, nós tínhamos 15% a menos de controladores aéreos do que temos hoje. Só que há 20 e tantos anos atrás nós tínhamos 1/4 das aeronaves que temos hoje no espaço aéreo brasileiro. E vamos ter muito mais ainda, porque só duas empresas, a Gol e a Tam que agora comprou a Varig também, já têm a previsão de entregar mais 100 aeronaves entre 2007 e 2008.

Por isto eu encerro, entregarei os 2 relatórios na próxima semana, 1 com tristeza, visualizando muitas empresas que estão quebrando, muitas empresas que estão já à beira do caos financeiro, por não terem nem condições de fecharem porque não teriam condições de pagar os acertos trabalhistas, única e exclusivamente, talvez, por uma falta de controle internacional que hoje, digamos, não tenhamos controle nacional contra os produtos internacionais que estão vindo de diversas partes do mundo onde os tributos, as questões trabalhistas não têm nenhum comparativo com o que temos em nosso país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de fazer este pronunciamento eu gostaria de registrar e fazer um convite a todos aqueles que puderem. Estamos na noite de hoje realizando um debate aqui em Curitiba com duas personalidades que, sem dúvida nenhuma, são referência na Esquerda brasileira, que tem como tema as perspectivas, rumos e caminhos da Esquerda brasileira.

E eu ouvia aqui o Deputado Pugliesi falar um pouco da sua trajetória e acredito que estas duas persona-

lidades que vêm para fazer este debate são, sem dúvida nenhuma, também referências, como o Deputado Pugliesi colocou aqui, para a história recente do nosso país e da Esquerda - um deles é o professor Plínio de Arruda Sampaio, militante há 50 anos, começou na Juventude da Universidade Católica - JUC, participou da ação popular, quando atuava como Deputado do PDC, no governo João Goulart, foi cassado, seguiu para o exílio, é especialista em questão fundiária no Brasil, hoje, trabalhou 30 anos na FAO, um órgão da ONU voltado para a agricultura e hoje está em Curitiba participando de um seminário que é organizado aqui pelo Instituto de Terras do Paraná sobre a questão fundiária pelo Governo do Estado do Paraná.

No mesmo seminário, e que também estará hoje à noite conosco, está também o Bruno Maranhão, que alguns talvez aqui lembrem, Bruno Maranhão que é do MLTRST, também teve a sua militância estudantil no nordeste, depois participou da resistência armada contra a ditadura, participou do PCB e pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Com o A1-5 foi para a clandestinidade, ficou morando na França, também no Chile e voltou em 1979. Então, acho que são duas pessoas que acho que vale a pena ouvir. Este debate estará sendo realizado hoje no CEFET e gostaríamos muito que aqueles que tiverem oportunidade comparecessem, aliás o mesmo que está sendo feito na manhã de hoje.

Amanhã estaremos realizando também, já falei com o Deputado Reni que fez um convite para que estivéssemos amanhã à tarde aqui, eu estarei em Londrina porque estaremos realizando este mesmo debate lá, na tarde de amanhã.

Eu gostaria, rapidamente, Sr. Presidente, de colocar aqui duas preocupações que têm sido tratadas nesta Assembléia: uma que foi abordada aqui pelo Deputado Kielse, que é o que ocorre com o pólo cerâmico, hoje, de Campo Largo. Sabemos que aqui no Paraná, por diversas razões, estamos pagando 50% mais caro que São Paulo o gás que vem da Bolívia e 25% mais caro que Santa Catarina.

Então, vou encaminhar à Mesa uma proposta, já conversei com algumas pessoas em Campo Largo, para que façamos, Deputado Cleiton uma audiência pública e possamos chamar pessoas que são da área, tanto do GASBOL como do pólo cerâmico. Há uma proposta de fazermos um centro intensivo de alta tecnologia em cerâmica em Campo Largo. Também conversei com o Deputado Plauto e com o Deputado Péricles, que são de Ponta Grossa, e Ponta Grossa tem na Universidade de Ponta Grossa um curso de engenharia que pode contribuir para isso. Estaremos fazendo este convite para todos os Deputados para que, ainda neste semestre, possamos realizar esta Audiência Pública.

Também pela preocupação que o senhor tem, Deputado Kielse, é preciso que apenas lembremos que hoje a China e também a Índia, ainda não na mesma intensidade, são potências que inundam os mercados mundiais e fazem com que tenhamos que repensar inclu-

sive não só a produção e a produtividade mas principalmente os impostos e as taxas de juros. Acho que podemos fazer caminhar este debate, porque se nós temos o dólar barato, hoje, chegamos a ter 1 dólar a 98 centavos de real, quando foi lançado o Plano Real o dólar valia 98 centavos e nem por isso, naquele momento, houve um processo como este que estamos tendo.

Agora, há setores que estão perdendo e setores que estão ganhando. Eu ouvi hoje pela manhã uma economista falando justamente dessa preocupação que o senhor levantou e esta economista colocando que, na maioria das vezes, o país está tendo um ganho com esta política. Agora, é preciso que nós repensemos, como o Deputado Pugliesi falou aqui, além disso, como um país pode sobreviver pagando US\$ 500 milhões por dia, só de juros, nem abatendo a dívida principal, só os juros. Acho que este é um ponto que a Assembléia pode se debruçar e fazer.

Eu queria concluir, Sr. Presidente, apenas registrando que fiz um pedido à Presidente da Comissão de Orçamento, Deputada Beti Pavin, para que possamos começar a organizar audiências públicas sobre o orçamento. A Deputada Beti já aquiesceu que façamos audiências públicas em diversas regiões do estado para ouvirmos dos Vereadores, dos Prefeitos e principalmente da população, quais são os grandes eixos, os grandes pleitos que eles têm para que possamos analisar aquilo que pode ser integrado ao orçamento e que esta Assembléia possa colocar no orçamento o que seja, de fato, a grande reivindicação da população.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou usar da palavra para relatar alguns temas que na minha opinião são importantes, a começar pela saúde pública. Na semana passada estivemos em Campo Mourão, junto com a Comissão de Saúde. Tivemos a presença do Deputado Ney Leprevost, que é nosso Presidente da Comissão de Saúde aqui na Assembléia; Deputado Marcelo Rangel, Vice-Presidente; Deputado Rui Hara, integrante da Comissão de Saúde e inclusive médico e também o Deputado Reinhold Stephanes Júnior. Fomos lá, Srs. Deputados, participar de uma Audiência Pública com os Vereadores daquela cidade, com a comunidade em geral e fazer uma visita a Santa Casa. Estou fazendo esse registro para dizer que terça-feira que vem usarei o horário do Grande Expediente para poder prestar contas à

Assembléia desta nossa visita, dizer o que encontramos lá. Fizemos a visita a Santa Casa de Campo Mourão, que atende todos os municípios da região, mas também atendemos as Lideranças da região de Goioerê, que também levaram reivindicações da Santa Casa de Goioerê.

E para dizer que a saúde pública, como o Deputado Marcelo Rangel está fazendo a contabilidade dos dias, estivemos em Ponta Grossa para ver a questão da saúde pública, depois que fomos lá com a Comissão de Saúde, outros Deputados da base do governo foram junto com o Secretário de Estado e lá prometeram uma solução de investimento em mais leitos, Deputado Péricles, e parece que a contagem do Deputado Marcelo Rangel está em 40, 41 dias para que esses leitos aconteçam.

A nossa preocupação também é com Campo Mourão, então estivemos lá discutindo e semana que vem, na terça-feira, trarei mais informações sobre essa visita e essa Audiência Pública lá em Campo Mourão. A saúde pública em Campo Mourão está enfrentando sérias dificuldades por falta de apoio do governo.

Ontem aprovamos, fazendo um paralelo, aprovamos aqui alguns projetos entre os quais o projeto de aumento de salário do funcionalismo público e que tiveram várias emendas. E a base de governo reprovou as emendas, não deixou aprovar aqui na Assembléia as emendas: a emenda da Deputada Rosane, que retificava a questão dos dias ou pelo menos procurava atenuar a dificuldade do pessoal da área de saúde com relação ao abono de faltas. A própria emenda do Deputado Belinati, que marcava uma data específica para que o dinheiro entrasse na conta, que seria 1º de maio. E também a emenda do Deputado Mauro Moraes, que concedia o mesmo reajuste aos profissionais da área da segurança pública, os policiais militares e civis também.

Enfim, não foram aprovadas, mas aprovou-se o aumento sem uma data definida.

Hoje, vejo na imprensa que se comemora essa aprovação, principalmente no item dos professores, mas é importante lembrar que como o Deputado Belinati salientou com o Deputado Nelson Justus ainda há pouco, não são só os professores que precisam de aumento, os professores precisam e muito, mas todos os profissionais precisam de aumento.

Outro item que gostaria de chamar a atenção, logo que entrei aqui na Assembléia o primeiro discurso... a notícia do jornal Gazeta do Povo, traz hoje: *CTN Bio aprova plantio e venda de milho transgênico*. Essa é uma informação importante, porque existe...

Uso o Horário da Liderança da nossa Bancada.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PPS/PMN

Colocava sobre a questão da transgênia, da questão da soja, da liberação, para que nossos produtores pudessem ter o seu desenvolvimento e o nosso Paraná depende muito da agricultura. Essa é uma notícia importante,

Deputado Elio Rusch e Augustinho Zucchi, que também defendem a bandeira da agricultura.

Só deixar registrada esta notícia. A decisão ainda terá que ser ratificada pela Comissão Nacional de Biotecnologia, mas é um avanço. E aqui estamos falando de milho, então quer dizer que a soja estaria na frente. E o Paraná, nesse sentido, caminha para trás, porque precisamos dessa liberação para que os produtores possam produzir. Pegando o item milho, só neste ano o milho/safrinha vai ser 14 milhões de toneladas produzidas agora. Vai ser colhido daqui a uns dias.

Outro item que eu queria comentar é sobre a questão da SANEPAR. Se fomos olhar a imprensa, ela traz algumas informações sobre essa questão da SANEPAR. Só para lembrar, aprovamos um convite aqui na Assembleia, para que estejam conosco o Dr. Sérgio Botto de Lacerda e o Dr. Rogério Stephano, para que possam trazer mais esclarecimentos sobre a questão da SANEPAR. Lembrar a todos que essa questão nós não esquecemos. Vejo sempre a pauta de notícias. Nesta semana, trazem a informação que está tendo uma briga entre um Diretor e outro Diretor, mas o foco nosso, da Assembleia, é buscar as investigações, até para ter certeza se realmente precisamos defender uma CPI da SANEPAR ou não. É importante ficar esse registro e o Presidente deve estar acertando com o Dr. Sérgio Botto de Lacerda e o Dr. Rogério Stephano, para que venham até a nossa Casa, responder aos questionamentos dos Parlamentares.

Outro item que gostaria de salientar: aqui no jornal diz que o país terá R\$ 11 bilhões para gastar com projetos de infra-estrutura principalmente. Uma das nossas lutas antigas - e não é a luta do Deputado Douglas - é a luta do norte, do centro-oeste do Paraná, sobre a história da Estrada do Boiadeiro. Estamos buscando informações sobre isso porque têm muitas informações desencontradas. Ontem eu visitei os técnicos do DNIT e eles nos relataram que a Boiadeira, há mais de 20 anos, faz parte da pauta dos políticos. Se elegem prometendo a conclusão da Boiadeira e depois, não conseguem fazer. As notícias não são das melhores. Mesmo tendo essa notícia de R\$ 11 bilhões para gastar em projetos, a Boiadeira não está no PAC, não faz parte desses R\$ 11 bilhões. Ela tem 33 quilômetros, que foram feitos, num primeiro lote, chamado Lote 1. Depois, tem o Lote 2, que fica entre Guaraitava e Tuneiras do Oeste. Essas obras, segundo informações dos técnicos Dr. Marcelo Gazino e Dr. Emerson Coelho, que conhecem da história técnica desse processo - porque da história política o povo já está enjoado de ouvir conversas que vão resolver e ficam enganando o povo e não se resolve - isso é do governo federal, mas no momento o governo estadual está bem alinhado com o governo federal. Nós poderíamos ter prioridade para a Boiadeira, que ajudaria muito a região de Maringá, de Umuarama, de Paranaíba, a região de Campo Mourão, ou seja, ajudaria muito o povo do Paraná.

Então, esses 19,5 quilômetros, que é o Lote 2, se começarem as obras, é só em 2008, porque o DNIT

ainda aguarda a autorização do Tribunal de Contas da União para realizar outra licitação, já que o contrato com a Construtora Triunfo, segundo os engenheiros, foi cancelado. Ainda tem mais um trecho, entre Tuneiras do Oeste e Cruzeiro do Oeste. O que acontece com esse trecho? Falta alocar recursos no orçamento da união, já que o processo de licitação foi finalizado e a empresa vencedora foi a Momento Engenharia. Então, falta alocar recurso. Só 20 quilômetros. Vejam só, e aqui no jornal está dizendo R\$ 11 bilhões para gastarem no projeto.

Ainda tem o Lote 4, mais 63 quilômetros, que compreende Cruzeiro do Oeste e Porto Camargo. Esse possui projeto executivo, mas aguarda licença ambiental. A licitação para o projeto técnico foi vencida pelas empresas Engenin e Natec Engenharia.

Essas são as informações na visita que fizemos, ontem, aos técnicos do DNIT.

Por que eu falo dos técnicos? Porque infelizmente dos políticos estou enjoado de ouvir discurso, porque se fala, se fala, se fala e não se faz. Então, fui na área técnica. Como vocês sabem sou da área técnica, e fui buscar informação técnica. E a informação técnica me diz que não se tem previsão orçamentária para a conclusão da Boiadeira. Só faz 26 anos! Aqueles que pretendem se candidatar novamente, podem colocar na pauta a promessa da Boiadeira, porque ela não está prevista para acontecer nesses próximos dias. Isso é ruim para o nosso estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi, para que possa usar da palavra.

O Sr. Waldyr Pugliesi (PMDB)

Deputado Douglas Fabrício, queria fazer alguns comentários em relação às palavras pronunciadas, por V. Exa.

Em relação ao aumento dos servidores, logicamente que V. Exa. fala da emenda do Deputado Belinati. Ora, sou Líder da Bancada do PMDB, respondo hoje pela Liderança do Governo.

Bom, não seria muito simpático, muito interessante para o Líder da Bancada, também, propor que esse aumento se iniciasse a partir de 1º de janeiro. Por que não fazemos isso? Porque temos uma realidade que é a mesma realidade que existe em relação à chamada Estrada Bioadeira.

A emenda da Deputada Rosane Ferreira é cheia de boas intenções, mas é uma matéria totalmente estranha no corpo do projeto. Logicamente que é flagrantemente inconstitucional e seria, se aprovada aqui, vetada pelo Poder Executivo.

A emenda do Deputado Mauro Moraes, também, apesar das profundas ligações que ele tem com os policiais militares, que representa inclusive aqui nesta Casa, mas, não é possível. Daí perguntamos: por que não, então, esse aumento também para determinado setor? Nós nos chocamos com a realidade. É a mesma coisa lá na chamada Estrada Boiadeira.

Acompanhei como Secretário dos Transportes essa questão. Estive pelo menos 3 vezes percorrendo o trecho. Uma vez, inclusive, estávamos reunidos, em Campo Mourão. O Deputado Dobrandino estava lá, e, muitos companheiros foram pelo asfalto, seguindo outra estrada para Umuarama, mas fiz questão de ir pelo trajeto natural, normal. Aí nós temos intervenções do Ministério Público, questões judiciais. Temos uma dualidade de competências, a mesma coisa que se via aqui, quando poderíamos ou não intervir em determinadas estradas.

O Presidente da República, o Lula, mandou uma medida provisória para o Senado e através dela, as competências, ele tentava passar para o Governo do Estado. Mas, essa passagem não se concretizou, então a responsabilidade é do governo federal.

Armou-se todo um aparato para dizer: porque o governo do estado não faz? Mande a Assembleia Legislativa fazer pagamentos, por exemplo, de outro Poder. Vai se fazer a infringência legal. Vai se cometer crime. O Ministério Público virá e adotará as medidas cabíveis no caso.

Deputado, agradeço o aparte, mas o ideal, aquilo que pretendemos ver *in totum* aprovado, muitas vezes não é possível. Não concordo com as críticas que V. Exa. faz à classe política, vamos dizer assim, isentando os técnicos.

Muitas vezes os políticos - e eu me coloco nesse conjunto como Secretário - tínhamos os recursos disponibilizados e não tínhamos os projetos, que não chegavam a tempo, por causa de uma estrutura muitas vezes cansada, ultrapassada, uma série de coisas.

Para finalizar, Deputado Elio Rusch, V. Exa. colocou em dúvida, ao apresentarmos aqui o projeto de reposição salarial para o funcionalismo público do Estado do Paraná, dizendo o seguinte: "O Governador dará o aumento se quiser, pode até não dar". Mas era um ato de muita responsabilidade governamental, quando ele diz: "Vocês me autorizem o aumento que eu pretendo dar, é um patamar para todo mundo, para unificar a data em 1º de maio de 3, 14. E conforme o prazo dos aumentos dados no tempo, haverá o reajuste". E V. Exas. falaram: "Mas será que virá o reajuste?" Agora se surpreenderam com a ação do Governador dizendo: "O aumento para os professores, que são 57 mil funcionários do Estado, será dado a partir do mês de maio".

Muito obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço a sua manifestação, Deputado Waldyr Pugliesi, nobre Deputado, pessoa conhecida no Paraná inteiro pelo seu Trabalho feito por este estado.

O senhor mesmo disse que comparo a questão técnica e política dizendo o seguinte: "perceba que quando um político quer, as coisas acontecem. Precisa de vontade política". Vou pegar alguns exemplos. Eu quis que o senhor usasse da palavra, permiti o aparte, o senhor usou. Dependi da minha vontade e brilhantemente o senhor fez a sua exposição. O governo quis extinguir a SERLOPAR

e com a força política, fez. Extinguiu. Nós queríamos que os cargos fossem extinguidos. Não conseguimos, continuaram os cargos que somados dão mais de R\$ 1 milhão ao ano pelo números que foram levantados pelos Deputados. Em 4 anos foram R\$ 4 milhões. Quando o governo quer, tem vontade política, as coisas acontecem. O que estou percebendo é que há 26 anos - e aí não é uma crítica a este Governo, é para todos os políticos que passaram - não tem vontade política de se concluir a Estrada da Boiadeira.

E quem é prejudicado com isso é o povo, e o povo são as pessoas que no dia-a-dia pagam os salários dos Deputados, aqueles funcionários públicos da Assembleia, do governo e em todas as esferas.

Muito obrigado!

O SR. PASTOR EDSON PRACZIK (PRB) (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença do Vereador Pelé da Ilha, do município de Icaraíma e sua comitiva, que estão abrilhantando esta Sessão com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Seja bem-vindo o Sr. Vereador!

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Primeiro uma informação que solicitamos a V. Exa. em relação a Audiência Pública que a Secretaria da Fazenda deverá prestar este mês aqui na Assembleia Legislativa em relação ao 1º quadrimestre deste ano. Nós solicitamos a V. Exa. que fosse comunicado para os Deputados com antecedência este mês, para que ao menos pudéssemos estudar os números e os dados que são fornecidos e que são discutidos no dia da Audiência Pública. E como temos duas semanas ainda neste mês, se V. Exa. pudesse entrar em entendimento com a Secretaria da Fazenda e marcar a data com antecedência para que pudéssemos preparar e que a Secretaria da Fazenda envie, no mínimo, com 5 dias de antecedência os documentos os quais eles vão expor no dia da Audiência Pública.

Outro questionamento é que já falamos com V. Exa. esta semana em relação ao Requerimento aprovado aqui, que diz respeito ao convite que deveria ser formulado ao Sr. Sérgio Botto de Lacerda, ex-Presidente do Conselho da SANEPAR, bem como ao ex-Diretor-Jurídico da SANEPAR, o Sr. Rogério Stephano. São esses 2 questionamentos que gostaria de fazer. E aproveitar que o Líder do Governo não está presente, mas está o Líder do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi, a Bancada da Oposição fez um entendimento com o Líder do Governo no dia 20 de março. Hoje é dia 17 de maio, quase 2 meses que nós entramos com o requerimento pedindo informações ao Secretário da Agricultura, Sr. Valter Bianchini, e uma cópia de toda auditoria realizada no SEAB e, infelizmente, no entendimento com a Liderança do Governo retiramos esse requerimento e o Líder do Governo iria

prestar estas informações para a Assembléia Legislativa através da Liderança do Governo. Isso foi no dia 20 de março e até hoje, infelizmente, não recebemos essas informações e os documentos necessários que envolvem a CEASA. Inclusive os 4 Diretores foram demitidos, e devem ter sido demitidos em relação à auditoria realizada nessa empresa. E nós fizemos o entendimento, sei que V. Exa. não sabe o que o Líder do Governo vai dizer, mas V. Exa., respondendo pela Liderança do Governo que cobre do Líder do Governo, da Secretaria da Agricultura, Dr. Valter Bianchini, que com toda a certeza Luiz Claudio Romanelli deve ter feito cobranças.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Elio Rusch faz a cobrança de um acordo que foi executado aqui com a Liderança do Governo. O Deputado Romanelli está ausente dos trabalhos da Assembléia, porque está cumprindo uma outra agenda, mas certamente talvez já na terça-feira, porque na segunda-feira ele também estará ausente, ele poderá prestar os esclarecimentos que V. Exa. tem a necessidade para formar um juízo de valor em relação a essas questões.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente, em relação a questão de ordem levantada pelo Deputado Elio Rusch, efetivamente nós temos em maio a reunião com o Secretário da Fazenda, Audiência Pública, e vamos solicitar que antecipe não só os documentos como a data para que os Deputados tenham condições de se preparar para a audiência. Quanto ao Dr. Sérgio Botto e o advogado Stephano, já foi feito o convite, estamos esperando que eles marquem a data. O que sugerimos é que eles viessem aqui no mesmo dia, como foi feito no caso do Presidente Stênio. Vamos aguardar que eles se manifestem, mas os 2 confirmaram e aceitaram o convite feito pela Assembléia.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estava ouvindo o pronunciamento do nosso eminente Líder do PMDB, e ao mesmo tempo Líder neste momento da Bancada do Governo, e o Deputado falou 2 assuntos interessantes.

Primeiro falou da questão de que a saúde tem que ter, no mínimo, as condições aceitáveis de sobrevivência. Falou, também, sobre esse caso que aconteceu na Bahia, em que 40 crianças morreram. Esse é o caso, Deputado Pugliesi, tipicamente de infecção hospitalar. Isso ocorre nas cidades, nos hospitais, nos centros cirúrgicos. Algo que não é normal, mas que, de vez em quando, alguns hospitais passam por isso devido às circunstâncias em

que eles trabalham no dia-a-dia. Não é uma coisa como acontece, hoje, em Ponta Grossa.

Sr. Presidente, venho à tribuna, hoje, mais uma vez, para comentar a questão da saúde. Claro que a saúde não se resolve do dia para a noite. Não podemos, demagogicamente, achar que tudo deve ser resolvido, mas também não podemos pensar que tudo já está resolvido ou que ninguém tenha feito nada. Não! Nós apoiamos e aplaudimos as coisas boas que o governo faz e têm coisas boas sendo realizadas, mas não podemos nos calar quando vemos um menino de 7 anos quase perder a vida, mais uma vez pela falta de 1 leito de UTI pediátrica.

Como disse o Deputado Douglas Fabrício que está cansado de ouvir os políticos falarem, também nos cansamos, Deputado Douglas, quando somos enganados, como V. Exa. disse aqui. Vai lá toda semana e diz: “Olha, daqui a tantos dias vamos colocar 10 leitos de UTI. Daqui a mais 20 dias vamos colocar mais leitos de UTI!” Isso machuca, porque convivemos o dia-a-dia da cidade, passamos todo o dia na cidade.

Às vezes, os representantes do governo não se misturam com o povo, como nós nos misturamos, e acabam escondendo a realidade do próprio governo. O governo, às vezes, não sabe da realidade, porque um técnico pode ser bom como pode ser ruim. O técnico na área de saúde, muitas vezes, pode ser genial, mas pode ser um atrapalho para o governo e aí o governo acredita naquele técnico e faz discursos em cima de posições e toma posicionamentos errados. É isso que tem ocorrido em Ponta Grossa.

Esse garoto, o Caíque, de 7 aninhos, continua internado do Hospital Vita. Ninguém do Governo do Estado, ninguém da Regional de Saúde de Ponta Grossa, ninguém levantou um dedo para ajudar aquele menino. Aquele menino está lá internado de forma particular. Só foi internado porque houve um pagamento para internar aquele menino. Isso foi no sábado. Hoje já estamos na quinta-feira e nenhum membro do governo, nenhum representante da Carta de Puebla foi até o Hospital perguntar para a mãe - que é uma bóia-fria, eleitora do Governador Requião, confiante na Carta de Puebla - ninguém foi perguntar para aquela mãe: “Escuta, mãe, o que a senhora precisa? Vamos tirar o menino deste hospital particular e levar para um do estado que tenha leito!” Ninguém foi. Está lá o menino do mesmo jeito, sendo tratado e atendido devido a uma caução que já foi paga e que não era responsabilidade e sim responsabilidade do estado, das autoridades.

Volto a dizer, Sr. Presidente, que não é justo que uma regional de saúde, que tem o dever de cuidar dos seus, principalmente, dos mais pobres, este é o Governo da Esquerda, dos pobres, dos bairros, das crianças, das mães abandonadas, do Caíque, porque a sua mãe foi uma eleitora do Governador Requião, mas ele está lá no hospital particular, não sei até quando e ninguém do estado levantou uma voz para ir lá e transferir o menino. Ainda perguntava, ontem, perguntava à Secretaria o que poderiam fazer e eles disseram que não podiam fazer nada, que eles arrumaram uma vaga no dia seguinte para o

garoto, Deputado Péricles - falaram isso para mim e tive que ouvir isso, um membro do governo que me nego a falar o nome, que representa a figura do Governador, dizer que tinha conseguido um leito. Tenho que ouvir essas besteiras ainda, quando naquele momento nenhum leito existia no Paraná. Estava de plantão o Dr. Morte. Sabem quem é o Dr. Morte, Deputado Pugliesi? É o médico que fica na central de regularização, nos leitos de UTI. Ele é chamado de Dr. Morte e de Deus, porque ele define quem vive e quem morre. Tem um leito sobrando, aqui? Vive um. Está faltando um aqui? Morre outro ali. Esse cidadão é chamado, aqui, em Curitiba, de Dr. Deus e Dr. Morte ao mesmo tempo, porque ele tem o dom de salvar uma pessoa e ao mesmo tempo de matar uma pessoa.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado, permite-me um aparte?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Na sequência.

Srs. Deputados, ontem em Ponta Grossa, foi enterrada uma outra menina, que morreu sem conseguir uma UTI em Campo Largo, depois de um atropelamento e faleceu, ontem. Não precisamos estar aqui para fazer discurso, porque a nossa vida é de trabalho e de luta diária com o nosso povo. Queremos que se atenda aos princípios daquilo que ouvi ser pregado, desta tribuna, pelo nosso Governador: Carta de Puebla, respeito aos pobres. Respeito às mães, aos bóias-frias, que é a mãe desse menino. Respeito a uma criança de 7 anos, que é de uma favela, que não tem pai, que está ali no Hospital Vita.

Ontem, eu chamava a atenção: vocês precisam ver o que tem que ser feito com esse menino. Ele está lá e não podemos fazer nada. Terminei dizendo: Não tem problema. Se vocês não fizerem nada, eu vou continuar fazendo. Se precisar, faremos uma campanha no rádio, para continuar pagando o tratamento do menino. Não vamos mais falar de Esquerda, não vamos mais falar de social, não vamos mais falar de Carta de Puebla. Vamos rasgar tudo e jogar no lixo, começar uma vida de Centro à Direita.

Deputado Dobrandino, a saúde tem problemas, ninguém resolve tudo, mas temos que cuidar dos nossos. Temos que cuidar do nosso povo, do bairro, do Caíque, da sua mãe que é uma bóia-fria, que ganha o seu dinheirinho, um pouquinho, que está no Hospital Vita. O governo faz de conta que esse cidadão não faz parte da Carta de Puebla. Quando falo, fico triste, porque ajudei a eleger esse governo. Quem ajudou a eleger o governo tem o direito de cobrar e não de agredir. Estou apenas cobrando o dinheiro que tem o menino de 7 anos de idade, que está, aqui, em Curitiba, sendo atendido, não pelo governo. O governo faz de conta que não faz parte da Carta de Puebla.

Deixo esta reflexão, hoje, e peço ao governo que atenda, porque vamos perdendo o gosto pelo governo quando vemos gente nossa, gente do bairro, gente pobre,

um menino sozinho com a mãe, nós começamos a perder o gosto pelo governo quando vemos essas coisas acontecendo e temos ainda que ouvir besteiras de um assessor do Governador, que não sabe o que fazer.

Era isso, Sr. Presidente!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Péricles de Mello, no horário do PT.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Deputado Waldyr Pugliesi chamava a atenção que o trabalho parlamentar não é apenas o Plenário. Acho que precisamos divulgar os fundamentos do trabalho parlamentar para o nosso povo, porque culturalmente as pessoas entendem que trabalhar como Deputado é estar no Plenário. E não é isso! Inclusive, o desempenho no Plenário depende muito do trabalho que o Deputado faz na base e nas comissões, uma série de questões fundamentais.

Começo meu discurso com essa questão, porque a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, a qual tenho a honra de presidir, tem um papel de extraordinária importância a desempenhar, particularmente neste ano que o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação. Estive em Brasília e na semana que vem pretendo utilizar o Grande Expediente para relatar a minha ida para Brasília, onde tivemos a presença do Secretário Geral do MEC, Deputados Federais, intelectuais e críticos sobre o sistema educacional brasileiro. Foi muito importante essa reunião e tivemos uma audiência depois com o Ministério da Educação, e a Comissão de Educação na Assembléia começa um processo de mobilização no Paraná e nós pretendemos, inclusive na discussão do Plano de Desenvolvimento Nacional com os demais Deputados membros, fazer uma série de Audiências Públicas e cada Deputado pode cuidar da sua região e assim mobilizaremos professores, pais de alunos, estudantes, ou seja, a sociedade paranaense, porque o governo nacional lança esse compromisso da educação, que é um compromisso de todos e pretende mobilizar e movimentar toda a sociedade brasileira em torno da melhoria das condições de ensino e resolver os problemas seculares que enfrenta a educação brasileira.

Mas hoje subo à tribuna, particularmente, para convidar todos os Deputados, porque amanhã temos uma Audiência Pública que será comandada pelo nosso Presidente, pelo Deputado Federal Ângelo Vanhoni, que participa da Comissão de Educação e por mim, Presidente da Comissão de Educação da Assembléia, onde teremos a discussão do piso salarial nacional dos professores. Uma série de autoridades estará aqui neste Plenário amanhã, a

partir das 09h00. Além do Deputado Ângelo Vanhoni e do Deputado Nelson Justus, estamos esperando a confirmação do Secretário Maurício Requião - que se não puder vir, virá algum técnico representando a sua Secretaria - teremos também a presença de Eleonora Bonato Fruet, Secretária Municipal de Educação; Gastão Vieira, Deputado Federal pelo Maranhão e Presidente da Comissão da Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; Dr. Cleiton Maranhão, Promotor do Ministério Público do Paraná e Diretor do Centro de Apoio Educacional; Deputado Alex Canziani do PTB; Deputado Severiano Alves, que é Relator do projeto sobre o piso nacional dos professores; Helena Araújo Filho, Secretária de Assuntos Educacionais da Conferência Nacional dos Trabalhadores da Educação; José Rodrigues Lemos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, APP-Sindicato; 1 representante do MEC, que estará presente confirmando hoje à tarde; Moacyr Elias Fadel Júnior, Prefeito de Castro e Presidente da Associação dos Municípios do Paraná. O assunto é o piso-salarial dos professores, que é um assunto envolvente, é uma grande diretriz que o governo nacional lança.

Se queremos uma qualidade da educação em todo o país, o piso é referência inicial para a qualidade de educação homogênea no Brasil. O governo federal tem o compromisso de aqueles estados mais pobres da federação, principalmente os estados do nordeste, para manter o piso a ser decidido pelo congresso, o governo vai complementar recursos do FUNDEB para esses estados mais pobres. Mas há uma série de discussões que a Assembleia deveria participar, porque nos estados mais ricos, como os estados da região sul e do sudeste, o piso dos professores já é maior do que será o piso nacional. Então, há um certo receio de que os governos acabem mantendo o piso até que o piso nacional se iguale.

Então, a Assembleia tem que atuar. Há discussão também sobre talvez uma diferenciação de piso regional: nas regiões mais ricas um piso mais elevado, apesar dessa base única de qualidade a todo o sistema de educação brasileiro. Existe uma série de questões a serem avaliadas com relação ao piso, a carga horária, o debate no congresso, porque o governo federal mandou um piso com uma carga horária de 40 horas, nós sabemos pelo próprio estado do Paraná, basicamente o professor padrão são 20 horas semanais.

Então, é uma discussão complexa, de extraordinária importância e que eu quero convidar todos os Deputados para se fazerem presentes neste plenário, amanhã, a partir das 09h00 da manhã.

Outro assunto de extraordinária importância, Deputado Belinati, é o que diz respeito a idade de ingresso. Tem uma briga jurídica enorme, eu tenho uma posição. O Deputado Romanelli entrou com um projeto, colocou no mês de março, o Deputado Pedro Ivo tem uma posição diferente da minha, eu acho que é um debate muito rico, um debate complexo que deveremos fazer, porque no Brasil a educação infantil contempla apenas

72% das nossas crianças. E o caminho que tiver, o resultado que tiver esse debate sobre a idade de ingresso vai facilitar ou dificultar a universalização do processo de educação infantil. Além do que, eu, particularmente, acho que colocar 1 ano a mais no ensino básico para a criança ficar mais velha no ensino básico, não é a solução para a educação brasileira. Acho que a criança tem que entrar mais cedo na escola, porque aumentou de 4 para 5 anos, isso facilita a questão da educação infantil. E temos que montar outros paradigmas para a educação.

Infelizmente, quando se pensa em inclusão social no Brasil, se pensa em inclusão social dentro da lógica dominante, que é uma lógica que não inclui, é uma contradição. Aquela Juíza que fez uma grande explanação aqui, falou sobre isso, me chamou muito a atenção o que ela disse: nós sempre pensamos a inclusão dentro da lógica dos paradigmas do sistema dominante, que em sua essência, exclui. Então, temos que alterar essa lógica para realizar realmente uma inclusão social efetiva.

Temos, eu já digo até uma palavra forte, a tragédia do ensino médio no Brasil, evasão escolar enorme, violência na escola, inclusive, na próxima semana estamos solicitando uma audiência sobre a violência na escola, aqui na Assembleia Legislativa. Então, são temas de extraordinária importância. O governo dá o norte, a mobilização da sociedade para a educação, e nós queremos contar com a presença de todos os Deputados. Sei que muitos estão nas suas bases, mas pelo menos um assessor parlamentar para poder agilizar essa discussão aqui no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PSB/PL/PRB/PV: com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Bom-dia, Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, senhores e senhoras.

Eu me inscrevi, rapidamente, em cima da fala do Deputado Jocelito Canto, que trouxe aqui para que nós debatêssemos mais uma vez a questão da saúde. Agora, eu estava conversando com uma funcionária do setor de finanças de um hospital da região metropolitana, hospital esse que deve fechar e encerrar as suas atividades no município de Araucária agora em janeiro de 2008. Depois de mais de 50 anos de atendimento, o Hospital São Vicente de Paula já anunciou, já está tudo programado com seus funcionários, para encerrar as suas atividades daqui a alguns meses. Em contrapartida, temos no mesmo município um hospital regional sendo construído, diga-se de passagem, com muita luta e agora com o atendimento do Governador Roberto Requião, mas, eu acho que nós, Deputado Jocelito, temos que discutir algumas coisas mais a fundo nesta Casa.

Na quarta-feira - isso eu já conversei, inclusive, com o Deputado Waldyr Pugliesi, já desabafei durante a semana - na quarta-feira fomos procurados por um técnico, um familiar de um munícipe de Araucária, um senhor de 48 anos que havia tido um acidente vascular cerebral, o que chamamos de derrame. Quarenta e oito anos, com toda uma vida pela frente, com filhos, essa coisa toda que todo mundo sabe. Esse senhor entrou no centro de saúde 24 horas de Araucária e lá ficou internado na quarta, na quinta, na sexta, no sábado e só no domingo ele teve acesso a um leito de UTI, é óbvio, onde ele poderia ser submetido a um procedimento cirúrgico, por um neurocirurgião, que no primeiro momento daquele AVC precisaria drenar. Isto não aconteceu, e hoje, com absoluta certeza, esse paciente terá seqüelas para o resto da vida.

Mas poderíamos enumerar vários casos aqui. Neste momento, se qualquer um dos senhores ligarem para a central de leitos de UTI, terá várias pessoas esperando e eu tenho bastante preocupação, Deputado Elio Rusch, quando nós Deputados começamos a receber ligação, porque o que eles esperavam de mim quando me ligaram com relação ao leito? Que eu ligasse, usasse da minha influência de Deputada para conseguir, num tráfico de influência, um leito de UTI? Esta pessoa tinha acesso a mim e quantos não têm! Quantos precisam do cheque caução do Deputado Jocelito, quantos, quantos e quando vamos nos dar conta disso?

Eu quero só falar uma questão do SUS, maior: sabem quanto é uma consulta pelo Sistema Único de Saúde? Dois reais e quatro centavos. É isto que o SUS paga por uma consulta inicial. Quanto é uma consulta, o paciente interna lá no Sistema Único de Saúde, em cima de um procedimento médico, se o paciente tiver pneumonia, o paciente tem que ficar 7 dias num hospital com pneumonia, quanto custa este atendimento? Vinte e cinco reais para o médico. Se o médico for 5 vezes ver esse paciente ele ganha R\$ 5 por procedimento, se ele for 10 vezes ele vai ganhar os R\$ 25 divididos em todos os procedimentos que ele for buscar.

O Sr. Rui Hara (PSDB)

Permite um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Acho que esta questão da saúde que esta sendo levantada aqui na Assembleia é muito importante e nós que somos do setor de saúde temos que realmente estar indignados com a situação da saúde, não só no estado do Paraná, a saúde como um todo.

Acredito que deveríamos levantar, até conversei com o Deputado Ney Leprevost, que é da Comissão de Saúde, que pudéssemos fazer uma comissão de Deputados, ir ao Ministério da Saúde, que esta questão da AIH realmente, hoje, está matando os hospitais.

Temos aqui na história do Paraná vários hospitais fechando, estivemos em Campo Mourão, ouvimos a história de Ponta Grossa, estivemos ontem em São José dos

Pinhais, em todos os lugares é a mesma situação. O grande, vamos dizer, comprador de serviços do setor hospitalar que é o SUS paga mal e porcamente, não só a consulta, mas também a questão do AIH. É ridículo que hoje seja determinado por decreto quantas pessoas podem ficar doentes por mês no município, de acordo com a população, o que se vai pagar ao hospital pelo procedimento, não interessando nem os dias que a pessoa fica internada nem a medicação utilizada.

Realmente estamos junto com a senhora e eu acho que a Assembleia, que é o grande Poder do Estado do Paraná, tem realmente que estar indignada e temos que procurar uma solução quanto a questão da saúde no estado do Paraná como um todo.

Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigado, Deputado Rui Hara.

Eu só queria concluir uma situação assim: hoje nós tínhamos agendado uma visita ao Hospital São Vicente de Paula, não é mesmo, Deputado Ney? Esta visita foi cancelada porque realmente o hospital, o entendimento do hospital, eu tenho uma amizade grande, o meu marido faz parte, é médico e faz parte do corpo clínico do hospital, o hospital me chamou e disse: "Deputada, Não tem mais saída, nós não vamos conseguir manter o hospital, nós estamos há 10 anos pedindo socorro, queremos muito recebê-los aqui, mas nós não acreditamos mais nessa possibilidade". Eu tive de concordar com eles, Deputado Ney Leprevost. Nós iríamos até o hospital, nós traríamos um muro de lamentações, uma Bíblia de queixas debaixo do braço dizendo que custa R\$ 2,4 uma consulta, outro procedimento está 10 vezes defasado e nós viríamos até aqui, faríamos um pronunciamento e o que, de fato, acontecería com o Hospital São Vicente de Paula até o dia 10 de janeiro? Eu tive que concordar, retroceder e declinar da nossa ida até lá, porque não conseguiríamos mudar, nesse momento, a história do Hospital São Vicente. E se não fizermos isso, Deputado, que o senhor coloca, se não tivermos um enfrentamento lá em Brasília, isso vai continuar da forma como está.

Ainda quero falar o seguinte: há muito tempo nós ajudamos a construir o SUS, eu lamento porque temos ali conferências municipais de saúde, conferências estaduais de saúde, conferências nacionais de saúde, temos um orçamento que vem para essa Casa e muitas vezes passa batido por nossas mãos, não discutimos fonte de recurso, fonte de regulamentação da Emenda nº 029, uma série de procedimentos que é nosso! E aí vamos precisar, sim, ficar telefonando, pedindo leito hospitalar, pagando internação. Não que eu não ache valiosa a questão do Deputado Jocelito, é uma vida e quanto vale uma vida? Mas temos que fazer mais que isso! Tem lugares que as pessoas perguntam: "Deputada, a senhora não tem como ter acesso a determinado hospital, porque o Deputado X, Y, Z consegue, ele tem leitos garantidos nesse hospital." Eu não quero trabalhar desse jeito, eu quero trabalhar na

essência! Não estou julgando o procedimento dos demais Deputados, muito pelo contrário, mas acho que não vou dar conta se fizer da mesma forma. Eu não tenho como garantir o meu mandato desse jeito!

Para concluir, tenho 2 Deputados inscritos aqui para apartes e acho que é um momento importante para a Casa. Eu não vou voltar a usar mais o microfone, então deixo a palavra com o Deputado Ney Leprevost e depois para o Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputada, quero apenas dizer que concordo em gênero, número e grau com o seu pronunciamento e ressaltar que ontem o Deputado Rui Hara e eu estivemos no Hospital e Maternidade São José dos Pinhais e constatamos que lá existe espaço físico, existe um corpo clínico de qualidade, mas o hospital poderá fechar as suas portas, a exemplo do irá ocorrer, lamentavelmente, com o hospital de Araucária, dentro de 15 ou 30 dias. Por quê? Por falta de recursos, por falta de vontade política e também pela questão das AIHs, também bem colocada pelo Deputado e médico, Rui Hara.

Quero dizer o seguinte: estamos solicitando à bancada federal do Paraná, que marque uma audiência com o Ministro da Saúde para que a Comissão de Saúde da Assembléia, os Deputados interessados no assunto possam ir a Brasília expor essa preocupação, mas também quero dizer aqui que de nada adianta o Governo do Estado do Paraná construir novos hospitais, fazer proselitismo desses novos hospitais nos programas de televisão, muitas vezes pagos com dinheiro público, através da Secretaria da Comunicação Social. O governo, ao invés disso, deveria, sim, fazer um aporte de recursos para esses hospitais que já existem e que estão em condições de funcionar.

Não que eu seja contra a construção de novos hospitais, acho que são necessários, isso é positivo, mas primeiro vamos resolver a situação dos hospitais que já existem no Paraná e que em vários municípios correm o risco de fechar as suas portas, como é o caso da Santa Casa de Campo Mourão, como é o caso do Hospital e Maternidade São José dos Pinhais, como é o caso do hospital de Araucária que pertence a uma entidade filantrópica das mesmas irmãs que cuidam do Hospital Nossa Senhora das Graças, aqui em Curitiba. Lá em Araucária o Prefeito Lisandro construiu um novo hospital, ao invés de se dedicar a manter aberto o hospital que já existe no município.

Então, essas coisas é que não dá para entendermos. Não concordamos com esse tipo de postura e vamos fazer o nosso papel que é lutar com afinco e dedicação para que o governo passe a ter uma visão diferente do problema.

Muito obrigado.

O Sr. Tadeu Veneri (PT) (Aparte)

Apenas para corroborar com V. Exa. no pronunciamento que faz, dizendo que precisamos tanto em nível

federal - se não for possível em nível federal, em nível estadual - mas é preciso que, em breve espaço de tempo, possamos regulamentar e dizer o que de fato a Emenda nº 029 contempla, porque a partir do momento que tivermos a clareza do que a Emenda nº 029 contempla e quais são os setores que podem ou não ser considerados setores de saúde, muito disso que se discute hoje, com relação aos hospitais, investimentos, as verbas em outras áreas, talvez seja solucionado.

Espero que na semana que vem possamos voltar a este debate.

Muito obrigado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Pela ordem, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Fazer o registro nesta Casa, de uma preocupação, em função de uma reunião ocorrida ontem com a Sindicato da Saúde, a Secretária Maria Marta, com o qual conversamos no horário do almoço e que teve a participação, inclusive, de Deputados do nosso partido, o Líder da nossa bancada, o Deputado Luizão.

A Secretária Maria Marta afirmou ontem, para o Sindicato, que na próxima folha, Sr. Presidente, e o senhor está se empenhando para que nós tenhamos uma solução negociada, 300 servidores da saúde deverão ter descontos, inclusive alguns com a folha zerada.

Na semana que vem, provavelmente, vamos solicitar a esta Casa, a esta Presidência, para que possamos constituir de fato aquele grupo intermediário, porque se tivermos 300 funcionários com descontos com o critério que a PGE adotou que a partir de uma hora de atraso perde-se o dia, sem que os servidores saibam desse critério e com folhas zeradas, que a Secretária Maria Marta está se empenhando para que isso não ocorra.

Vou repetir o que venho dizendo a 2 meses: teremos um enfrentamento sem precedentes, não do Sindicato da Saúde, que é minoritário e vai ser derrotado, mas de alguns Deputados - eu me incluo entre eles - com o governo. Não vou vacilar. Tenho um lado e não vou deixar de estar do lado dos trabalhadores numa hora dessas.

É esse o registro, Sr. Presidente.

Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, não quero fazer nenhum pronunciamento, apenas lembrar aquilo que falamos ontem, na tribuna. Sabemos que o Paraná tem hoje, na pessoa do Vice-Governador Orlando Pessutti, Governador em exercício,

nós como Deputado de Oposição e amigo do Deputado Orlando Pessutti e sempre poderemos o chamar de Deputado Orlando Pessutti, porque foi nosso colega aqui na Assembléia Legislativa, foi presidente desta Casa, e hoje é o Governador do Estado do Paraná.

Só espero, se o Governador Roberto Requião não tinha determinado, quando ele ainda era Governador, até o dia de ontem, se ele não tinha ainda determinado ao Comandante da Polícia Militar a reintegração de posse da Fazenda Syngenta, espero que o Orlando Pessutti, que também entende que o Agronegócio, que a pesquisa, a ciência e a tecnologia, que o estado do Paraná não pode fechar as suas portas, nós, pelo contrário, devemos incentivar a pesquisa, que ele faça cumprir a decisão da Justiça, porque a partir de hoje, se o estado do Paraná não fizer a reintegração de posse dessa fazenda - diga-se de passagem, um campo experimental, não é uma fazenda de produção - a partir de hoje, o povo do Paraná vai pagar R\$ 50 mil de multa por dia, por descumprimento dessa decisão.

Eu sei que o Líder do Governo está aí, fiz esse apelo ontem. Está aí hoje, o Waldyr Pugliesi, em exercício e como Líder do PMDB, esperamos que os Srs. Deputados façam com que o Governo do Estado cumpra essa reintegração de posse, para que o estado não seja apenado em R\$ 50 mil por dia, por descumprimento de um ordem judicial. Já há sentença e não tem o que questionar mais. Eu entendo que decisão da Justiça não se discute, decisão da Justiça se cumpre! Espero que o Orlando Pessutti, nosso amigo, e Governador do Estado hoje, cumpra essa decisão e devolva a Syngenta, o campo de pesquisa localizado lá no município de Santa Tereza, invadida pela Via Campesina, desde março do ano passado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Projeto de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1329, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na Sessão Plenária no dia 21 do corrente mês, para participar da inauguração de duas novas unidades geradoras de energia da Usina de Hidrelétrica

de Itaipu, na cidade de Foz do Iguaçu, conforme convite.

À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento nº 1336, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência da presente Sessão, por estar em diligência no município de Maringá com o Vice-Governador Orlando Pessutti. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante de ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto do Lei nº 113/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura do Bambu e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 113/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a política estadual de incentivo à cultura do bambu, como parte da política estadual de desenvolvimento agrícola.

Parágrafo Único. A cultura do bambu compreende o cultivo agrícola voltado para a produção de colmos e para a extração de brotos e a valorização do bambu como instrumento de promoção do desenvolvimento sócio-econômico regional e integrado do estado.

Art. 2º A política instituída nesta lei tem como objetivo o desenvolvimento da cultura do bambu no estado, por meio de programas governamentais e de empreendimentos privados.

Art. 3º São diretrizes da política estadual de incentivo à cultura do bambu:

I - a valorização do bambu como produto agrícola capaz de suprir necessidades ecológicas, econômicas, sociais e culturais;

II - o desenvolvimento tecnológico do cultivo e das aplicações do bambu;

III - o desenvolvimento de pólos bambuzeiros.

Art. 4º São instrumentos da política estadual de incentivo à cultura do bambu:

I - crédito anual;

II - assistência técnica;

III - promoção e comercialização do produto;

IV - certificado de origem e qualidade dos produtos destinados à comercialização.

Art. 5º Serão beneficiadas prioritariamente pela política instituída por esta lei as pequenas e médias propriedades de regiões com vocação agrícola para a cultura do bambu.

Art. 6º Na implantação da política de que trata esta lei, compete ao Poder Executivo:

I - incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do cultivo e das aplicações dos produtos e subprodutos do bambu;

II - orientar o cultivo para a produção e a extração de brotos para a alimentação;

III - incentivar a utilização do bambu, na recuperação de áreas degradadas e na composição de sistemas agro-florestais;

IV - incentivar a adoção da cultura e manufatura do bambu na agricultura familiar;

V - estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas para maximizar a produção e a comercialização dos produtos derivados do bambu;

VI - estimular o comércio interno e externo do bambu e de seus subprodutos;

VII - produzir mudas de bambu em viveiros públicos estaduais.

Art. 7º O incentivo referido nesta lei corresponde ao recebimento de bônus expedido pelo Poder Público, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo.

Art. 8º O portador dos bônus poderá utilizá-los para pagamento de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Imposto sobre Transmissão de Bens *causa mortis*, e IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência do tributo.

Art. 9º O Poder Executivo, anualmente, fixará o valor do incentivo a ser concedido na forma desta lei.

Art. 10. O bônus terá validade para sua utilização de 5 (cinco) anos, a contar de sua emissão, com valor corrigido mensalmente pelos mesmos índices aplicáveis na correção do imposto.

Art. 11. Fica autorizada a criação do Fundo Especial de Apoio aos Produtores de Bambu no Estado do Paraná, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 151/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a AMOJI - Associação de Moradores Jardim Itaipu, com sede e foro no município de Araucária, estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 151/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AMOJI - Associação de Moradores Jardim Itaipu I e II, com sede e foro no município de Araucária.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06.05.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

RUI HARA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 214/07, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. William Soto Santiago. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

3º Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Associação Casa Familiar Rural - ACFR, com sede na comunidade de Bela União, município de Enéas Marques e foro no município de Francisco Beltrão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação Igreja Belén Pentecostal Libre Del Paraguay, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

1ª Discussão**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Campo Largo. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 033/07, de 23/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 284/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Traiano, declara de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Campo Largo.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, conforme o referido substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 284/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessário a apresentação do presente substitutivo geral, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Empresarial de Balsa Nova, com sede no município de Balsa Nova e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 322/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de utilidade pública a ARIGAF - Associação Ricardo Gadotti Feldmann, com sede e foro na cidade de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 039/07, de 03/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 322/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, declara de utilidade pública a ARIGAF - Associação Ricardo Gadotti Feldmann, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1328, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1330 a 1334, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1335, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1337, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1340 e 1341, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1343, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Pela Ordem)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1339, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1345, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 284 e 322/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 162, 204, 297, 303, 306, 056, 184 e 213/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral:

Portarias

PORTARIA Nº 079/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 3002, datado de 09 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, na ficha funcional de JOÃO BATISTA FIGUEIREDO, matrícula nº 40222, portador do RG nº 074.688-PR, e do CPF 011.969.289-91, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotado no Gabinete do Deputado Caíto Quintana, ocupante do cargo de Técnico Administrativo NTC-03, o tempo constante na Certidão do INSS, em que prestou serviços à Prefeitura Municipal de Santa Mariana, durante o período compreendido entre 01/06/62 a 18/05/81, perfazendo o tempo de dezoito (18) anos, onze (11) meses e dezoito (18) dias contados para efeito de aposentadoria, e disponibilidade, conforme o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 080/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 3835, datado de 27 de abril de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar na ficha funcional de ERONI APARECIDA CUSTÓDIO, matrícula nº 40242, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo NTB-03, o tempo de 06 anos, 05 meses e 08 dias, conforme certidão do INSS em anexo, nos termos do parágrafo 9º do artigo 2001, da Constituição Federal, relativo aos seguintes períodos de tempo: 01/12/76 a 21/12/76 em que trabalhou na Baruch Reich Cia. Ltda.; 17/10/77 a 05/01/81 em que trabalhou no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; 01/06/81 a 18/09/81 em que trabalhou na Associação dos Profissionais Lib. Univ. do Brasil - APLUB; 01/05/71 a 21/01/72 em que trabalhou na Expresso Noroeste Ltda; 01/11/72 a 15/05/73 trabalhado no Hospital de Criança Bom Jesus; e, 05/11/73 a 08/08/74 em que trabalhou no Banco Sul Brasileiro.

Gabinete da Diretoria Geral, em 17.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ordem Interna

ORDEM INTERNA

A Diretoria Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

I - comunicar aos Diretores e Coordenadores, que até o dia 05 de cada mês, deverão encaminhar via protocolo o livro ponto à Diretoria de Pessoal.

II - a assinatura no livro ponto, por parte dos funcionários, ficará sob a responsabilidade de seu chefe imediato.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.05.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Publicações Administrativas:

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 011/06 - Protocolo nº 7811/06.

Objeto: Contratação de empresa para fornecer suco para este Poder.

Empresa: Cesarpan Panificadora e Confeitaria Ltda.

Data da Rescisão: 09 de maio de 2007.

(a) COMISSÃO DE LICITAÇÃO